

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

nais até 60% dos respetivos PIB (designadas por *blue bonds*), continuando os Estados a ser responsáveis pela dívida acima do teto permitido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (designadas por *red bonds*). O segundo admite a repartição de responsabilidades, mas é o único que pode garantir empréstimos a taxas de juro que refletiriam apenas os custos do financiamento. A maioria de opiniões sustenta, no entanto, que o segundo tipo é impossível sem uma revisão dos Tratados.

Os críticos das euro-obrigações denunciam o “risco moral” nelas implícito. Ao aliviarem a “dor” que os ajustamentos em curso implicam, estas estimulariam o aumento da despesa pública, distribuindo o preço da “irresponsabilidade” pelos que “cumprem”. Para estes, a contrapartida do euro é a disciplina orçamental em cada Estado da ZE. Já os seus defensores sustentam que a sobrevivência do euro exige um orçamento europeu reforçado e a capacidade de emitir dívida europeia, a baixas de taxas de juro, para financiar o relançamento económico.

Bruxelas avançou recentemente com a ideia de “obrigações de estabilidade”. A direita estará na disposição de as aceitar se a estabilidade orçamental na ZE for condição prévia à emissão conjunta de dívida. Para o europeísmo de esquerda, as *eurobonds* permitem aos Estados mais frágeis ter acesso ao financiamento em tempos de crise, servem de escudo a estratégias especulativas e podem ser importantes na reestruturação das dívidas soberanas. Melhor do que governos de países sob resgate, a União pode impor aos credores acordos de troca de títulos nacionais por obrigações europeias de baixo juro e com garantia máxima de reembolso.

Marisa Matias

Exceccionalismo norte-americano

O exceccionalismo norte-americano refere-se à crença dos Estados Unidos da América na sua singularidade e missão universal. Presente na visão da «cidade no cimo do monte» do sermão puritano, na caracterização otimista de Alexis de Tocqueville em *Democracia na América* (1831), na celebração poética de Walt Whitman, persiste até hoje como instrumento eficaz da hegemonia.

À noção de exceccionalismo associam-se outras expressões de cunho nacionalista e contorno religioso como o “Destino Manifesto”. Com elas se justificaram guerras, anexação de territórios e outras intervenções imperialistas. Esta «nação entre as nações» invoca Deus para justificar ações

militares agressivas ou o uso de armas nucleares, «em defesa da democracia», mesmo que o seu verdadeiro fito sejam os mercados para a exportação, a exploração de mão-de-obra barata, o domínio de pontos geopolíticos estratégicos ou o controlo do petróleo. Entrou tardiamente na 1.ª Guerra Mundial, donde saiu enriquecida; após a 2.ª, partiu à conquista de mercados para o seu enorme excedente de produção, transformando o imperialismo territorial num imperialismo económico. Todavia, a razão da escalada de riqueza e poderio dos EUA não reside numa superioridade intrínseca e natural, de fundamento religioso, nem na superioridade moral da sua democracia, como querem os adeptos do excecionalismo, mas nas condições históricas favoráveis que o seu modelo capitalista encontrou.

Apesar da aparente falta de popularidade desta conceção para o americano culto, o certo é que o excecionalismo americano serviu os propósitos da divisão maniqueísta entre democracia e comunismo durante a Guerra Fria e ainda hoje se reflete na facilidade com que os EUA empurram a responsabilidade da atual crise económica para a Europa, enfeitando o seu próprio papel. É também o excecionalismo que justifica que os EUA se assumam como polícia do mundo e principal garante da segurança do Ocidente na batalha contra o terrorismo, afirmando-se acima das normas legais e éticas aceites por outras nações.

Isabel Caldeira

Fascismo social

O conceito de fascismo social foi criado por Boaventura de Sousa Santos para dar conta das novas formas de dominação e exploração nas sociedades contemporâneas. Partindo da analogia com a noção de fascismo político, o fascismo social manifesta-se como um regime social e de civilização. O fascismo social pode existir tanto em sociedades do Norte como do Sul e caracteriza-se pela crise do contrato social, ou seja, pela ideia de que noções como as de igualdade, justiça, solidariedade e de universalidade deixam de ter valor e que a sociedade como tal não existe mas, sim, simples indivíduos e grupos sociais em prossecução dos seus interesses.

A ideia de fascismo social implica sempre a dominação explícita de um grupo por outro e, contrariamente aos fascismos políticos, assenta nas dinâmicas sociais e nos tipos de sociedade existentes. O paradoxo é que podem